

Conselho Superior de Estatística

Secção Permanente de Estatísticas Sociais

Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC)

RELATÓRIO FINAL DE ACTIVIDADES

Índice

Introdução.....	2
1. Actividades do GTEC entre 2008 e 2010.....	3
2. Balanço final da actividade do GTEC.....	6
2.1. Método de trabalho.....	6
2.2. Balanço do mandato	7
2.3. Reuniões realizadas por sector	10
2.4. Resultados globais e recomendações por sector	10
Balanço final	14

Anexos

Nº 1 – Presenças da 14ª à 21ª reunião (29 de Abril de 2008 a 26 de Fevereiro de 2010)....	17
---	----

Aprovado na 21ª Reunião (Plenário)

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2010

José Soares Neves (OAC)

Presidente do GTEC

Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura

RELATÓRIO FINAL DE ACTIVIDADES

Introdução

O último Relatório de Actividades do GTEC reporta-se a 2007. Aprovado no plenário realizado a 29 de Abril de 2008 (14ª Reunião), foi discutido a 18 de Junho de 2009 na 1ª reunião da Secção Permanente de Estatísticas Sociais (SPES)¹, que o apreciou favoravelmente e recomendou a apresentação de um novo relatório. No fim de 2009 a Secção aprovou a extinção de todos os GT existentes, e portanto também do GTEC, com efeito a partir de Março de 2010².

Na 17ª Decisão da SPEDSFA, de 10 de Julho de 2007, a Secção salientou a qualidade e o dinamismo do trabalho desenvolvido pelo GTEC; apreciou favoravelmente o Relatório de Actividades (RA) de 2006; sublinhou a importância da articulação e cooperação entre os vários organismos do Ministério da Cultura e entre estes e o INE; alterou a composição do GTEC com a integração do OBERCOM e da ERC como Membros Não Permanentes (sector Publicações periódicas); e fixou o prazo de 31 de Janeiro de 2008 para o Presidente do GT apresentar novo Relatório de progresso cujo conteúdo contemplasse os seguintes pontos: 1. recomendações para os restantes sectores; 2. avaliação do grau de concretização das propostas e recomendações que constam de anexo à referida Decisão.

Devido ao processo de reestruturação do CSE que entretanto decorreu, o Relatório de Actividades 2007, elaborado na sequência da 17ª Decisão da SPEDSFA (ponto 5), apenas foi apreciado a 18 de Junho de 2009, na 1ª reunião da SPES. De acordo com a 1ª/2008 Recomendação da SPES³, esta: (i) emitiu parecer favorável sobre o trabalho desenvolvido

¹ A SPES substituiu a SPEDSFA (Secção Permanente de Estatísticas Demográficas, Sociais, das Famílias e do Ambiente) na sequência da reestruturação do CSE operada em 2008 (Lei 22/2008, de 13 de Maio).

² 322/CSE, de 14.12.09.

³ DOCT/2728/CSE/S, de 15 de Julho de 2009.

pelo GTEC em cumprimento do mandato atribuído pela SPES; (ii) destacou o grande dinamismo da actividade do grupo e a participação e empenhamento das entidades que fazem parte da sua composição; (iii) recomendou que o GT prosseguisse a sua actividade, apresentando na próxima reunião da Secção um relatório que reflecta os desenvolvimentos entretanto ocorridos na área das estatísticas da cultura, actualizando nesse contexto as recomendações constantes do Relatório de Actividades de 2007.

O longo período que mediou entre a aprovação do RA 2007 pelo GT e a sua apreciação pela Secção levou a que se considerasse que as conclusões deveriam ser actualizadas (e mais circunstanciadamente fundamentadas) para serem, de novo, apreciadas pela Secção.

Assim, o presente Relatório de Actividades cumpre três objectivos: (1) dar sequência às recomendações da 1ª Recomendação da SPES; (2) fazer o balanço das actividades do Grupo entre 2008 e 2010; e (3) fazer o balanço final da actividade do GT no termo do seu mandato.

1. Actividades do GT entre 2008 e 2010

Relativamente às actividades do GTEC realizadas entre 2008 e 2010, importa referir que não foi apresentado nenhum relatório de actividades por dois motivos principais: a actividade desenvolvida não o justificou e era importante obter resposta por parte da Secção às recomendações e dúvidas contidas no RA de 2007.

Entre 29 de Abril de 2008 e 4 de Fevereiro de 2010 realizaram-se 6 reuniões do GTEC, das quais uma plenária e as restantes sectoriais. Como se pode ver pelo anexo nº 1, estiveram representados nas reuniões 15 organismos.

Haverá ainda que referir que os Membros Permanentes⁴ efectuaram 3 reuniões, para além das seis sectoriais mencionadas.

⁴ De acordo com o Mandato do GT são Membros Permanentes o INE, o OAC, a ANMP e, desde a 15ª Reunião (2008), o GPEARÍ em substituição da SG enquanto representante do MC na sequência do PRACE.

Sintetizam-se de seguida as matérias tratadas nas reuniões sectoriais e as conclusões a que se chegou de acordo com as súmulas respectivas.

Tabela 1: Conclusões das reuniões realizadas entre 2008 e 2010

Reunião	Sector	Conclusões
15ª 23.6.08	Cinema	Foram formuladas possíveis soluções para as questões anteriormente avaliadas (ver anexo à súmula da 15ª reunião do GTEC/Sector cinema, 23/06/08, a partir de RA 2007, de 29 de Abril de 2008, p. 6): Delegação de competências no ICA quanto às estatísticas do cinema; Alteração à formulação de uma nota dos dados publicados no volume ECDR (aprovado); Sugerida a necessidade de um entendimento entre os governos da República e das Regiões Autónomas de modo a estender a estas o conteúdo do Decreto-Lei nº 125/2003, de 20 de Junho (informatização de bilheteira); Necessidade de um entendimento entre INE e ICA sobre os campos de informação necessários ao INE no acesso aos microdados; Se se proceder a alterações no referido Decreto-Lei incluir o INE como (outro) destinatário dos dados; Estudar mais aprofundadamente o subuniverso dos pequenos exibidores que estão fora do sistema de informatização de bilheteira, incluindo-os progressivamente no sistema; Recomendadas trocas de informação atempadas e regulares entre ICA e IGAC sobre a situação dos recintos e os procedimentos concretizados a esse propósito, bem como a utilidade de os fiscais da IGAC informarem os exibidores da existência do sistema de informatização, designadamente da sua gratuitidade.
16ª 8.7.08	Património o cultural	Conveniência de criar um novo projecto para os equipamentos do património cultural imóvel (à semelhança do existente para os Museus) tendo por universo os “imóveis classificados que têm controlo de visitantes”, eventualmente a partir do ficheiro de registos existente no IGESPAR. Necessidade de reformular os quadros constantes da publicação ECDR, na parte que interessa ao sector.
17ª 22.7.08	Museus	Foram aprovados os conceitos decorrentes da reformulação do Inquérito.
18ª 4.11.08	Património o cultural	Na sequência da 16ª reunião foi aprovado o IGESPAR como fonte administrativa do sector. Consideraram-se alcançados todos os objectivos: substituição da ex-DGEMN pelo IGESPAR como fonte das estatísticas do património cultural; rigorificação dos quadros a incluir no volume ECDR; sistematização dos conceitos do sector; clarificação dos conceitos no sentido de virem a ser colocados para aprovação do CSE, quando tal for considerado conveniente. Ainda na sequência da 16ª reunião, e depois de analisado o ficheiro de registos do IGESPAR, foi considerado que não existem condições para servir de base a um possível inquérito, reiterando-se a recomendação no sentido de se virem a criar condições (por parte das entidades envolvidas) para a recolha, apuramento e difusão de dados sobre os equipamentos do património imóvel, tais como número de visitantes, receitas geradas por essa via, modos de apuramento, nacionalidade dos visitantes, visitas escolares, sazonalidade, de modo a colmatar uma lacuna importante de informação.
19ª 27.11.09	Espectáculos ao vivo /Recintos culturais	Aprovadas alterações ao questionário dos Recintos culturais; Referida a necessidade de definir os conceitos inerentes, não disponíveis na IGAC. Considerada ainda a conveniência de vir a incluir novas variáveis no questionário que melhorem substancialmente a informação disponível sobre o sector, designadamente pessoal ao serviço, sessões e espectadores.
20ª 4.2.10	Livro	Apreciadas as conclusões, no tocante a um sistema de informação sobre o sector do livro, do relatório do OAC <i>Inquérito ao Sector do Livro</i> . Consideradas globalmente positivas, recomendou-se: a divulgação do Inquérito; a conveniência em organizar um debate público a esse propósito; a necessidade de sensibilizar as várias entidades para a criação de condições que permitam continuar a promover o encontro de posições entre os vários intervenientes do sector após a extinção do GTEC.

As conclusões e recomendações são, como não podia deixar de ser, de diferente natureza. Em alguns casos decorrem de alterações que foi possível introduzir nos projectos⁵ (Museus, Património cultural) uma vez que os membros do sector consideraram ter condições para as fazer. Noutros, as lacunas detectadas foram consideradas, no tocante à sua resolução, fora do mandato e até mesmo das competências e meios do GTEC, pelo que ficam como alertas para apreciação das entidades competentes. É o caso do Cinema (embora se trate de um sector apenas com problemas residuais), do Património imóvel no que se refere ao apuramento de dados sobre os equipamentos (foi referido como exemplo o Protocolo INE/IMC/OAC em vigor para o sector dos Museus) e do Livro. E no sector dos Espectáculos ao vivo avançou-se para uma proposta do questionário dos Recintos culturais a qual será implementada em 2011.

Note-se que a reformulação dos projectos decorreu sempre das propostas feitas pelo INE e de acordo com as suas prioridades.

Procurou-se sempre detectar ou melhorar o aproveitamento para fins estatísticos de fontes administrativas. Mas não pode deixar de se referir que a principal preocupação residiu na existência de informação válida e fiável sobre o sector em causa, seja ela proveniente de fonte administrativa ou não.

A este propósito, o *Inquérito ao Sector do Livro*⁶, de acordo com as conclusões incluídas como anexo à súmula da 20ª Reunião, e nela abordadas, pode ser referido como exemplo. O Inquérito definiu o conjunto de fontes que devem integrar um sistema de informação do sector, incluindo a fonte INE (informação proveniente das suas várias operações estatísticas de âmbito nacional e europeu, algumas também provenientes de fontes administrativas), a fonte BNP (Depósito Legal, fonte administrativa), inquéritos ao sector, outras fontes (administrativas) e outras fontes constituídas por estudos diversos.

Dois outros exemplos podem ajudar a compreender os problemas defrontados e as soluções recomendadas. Por um lado, as deficiências da potencial fonte IGAC no que toca ao

⁵ O termo “projecto” é utilizado como sinónimo de operação estatística do INE.

⁶ Neves, José Soares (coord.) e outros (2009), *Inquérito ao Sector do Livro Parte I: Diagnóstico*, Lisboa, OAC; Neves, José Soares (coord.) e outros (2009), *Inquérito ao Sector do Livro Parte II: Resultados do Inquérito à Edição e à Comercialização*, Lisboa, OAC;

aproveitamento para fins estatísticas da informação de que dispõe relativamente aos recintos e às actividades culturais ficaram de novo patentes. Embora reconhecendo a dimensão dos problemas e os esforços que vêm sendo feitos para os minorar, fica claro que muito há a fazer de modo a que se possa considerar uma fonte fiável. As recomendações vão, portanto, para a qualificação desta fonte. Por outro lado, a lacuna no tocante à informação sobre o património cultural imóvel/equipamentos (castelos, palácios, mosteiros, etc.) mostra os limites naturais das fontes administrativas – neste caso o IGESPAR – e a necessidade de considerar outros instrumentos de recolha de informação. A propósito deste sector, lembre-se o esforço considerável que o país vem fazendo na sua requalificação, esforço que, ao contrário do que se passa com os museus e com o cinema, não tem sido acompanhado por um dispositivo de produção de informação que permita o seu acompanhamento e dê conta, por exemplo, do volume de entradas, dos visitantes nacionais e estrangeiros que os procuram. Por várias vezes se referiu o exemplo do Castelo de São Jorge, em Lisboa, o qual, por si só, representa cerca de 1 milhão de entradas anuais sem que seja unidade de observação de qualquer operação estatística.

2. Balanço final da actividade do GTEC

Por decisão da SPES tomada a 14.12.09, numa primeira fase, extinguem-se todos os GT, prevendo-se a criação, numa segunda fase, de novos GT. Reunidos os Membros Permanentes (MP) do GTEC na sequência dessa decisão considerou-se não haver lugar à apresentação de uma proposta de continuação/de novo GTEC nesta fase, dado que o Mandato se encontra (praticamente) esgotado. Considerou-se, no entanto, que haveria que dar sequência ao anteriormente estabelecido em Plano de Actividades quanto ao sector do Livro (tomar conhecimento das conclusões do já referido estudo do OAC, *Inquérito ao Sector do Livro*) e aprovar o relatório final em reunião plenária do GTEC de fecho de actividades, a realizar até ao fim de Fevereiro.

2.1 Método de trabalho

O dinamismo que o CSE reconheceu ao GTEC deve-se, em grande parte, à diferenciação introduzida na qualidade dos seus membros (permanentes e não permanentes) com diferente

envolvimento no acompanhamento dos trabalhos, e no método adoptado desde a primeira reunião, o qual privilegiou as reuniões por sector em detrimento das reuniões plenárias. Com efeito, estas apenas se realizaram quando – tal como previsto no regulamento – se tratou de aprovar os relatórios de actividades que não são mais do que sínteses das súmulas das reuniões sectoriais.

Deve-se, igualmente, à cuidadosa preparação das reuniões sectoriais por parte dos MP, com particular relevo para a articulação entre o Presidente e os representantes do INE. Importa destacar o facto de que todas as reuniões iniciais dos sectores tiveram por base uma ficha elaborada a partir da respectiva ficha metodológica e dos antecedentes considerados pertinentes para a respectiva apreciação.

Deve-se igualmente aos contactos bilaterais, informais, estabelecidos com os membros não permanentes quer pelo Presidente quer pela Dra. Teresa Sousa (INE).

E deve-se, seguramente, ao grande envolvimento de todos os participantes nas discussões, nas conclusões e nas recomendações a que se chegou.

2.2. Balanço do mandato

O Mandato do GTEC, que orientou a sua actividade ao longo dos quatro anos, foi definido na 12ª Decisão da SPEDSFA, de 2 de Março de 2004, e confirmado na 16ª Decisão dessa Secção, Anexo D, de 16 de Maio de 2006. A primeira reunião do GT teve lugar a 18 de Janeiro de 2006.

Do referido Mandato constam cinco alíneas (Tabela 2, página 9 deste Relatório). As alíneas b), c) e d) foram cumpridas. As alíneas a) e e) não chegaram a ser objecto de análise dado que se considerou não existirem condições para tal. Esta consideração motivou um pedido de esclarecimento à Secção, feita no RA de 2007, no sentido de serem criadas condições para a sua análise ou, em alternativa, as retirar do Mandato. O pedido foi apreciado na 1ª reunião da SPES, mas acabou por não ter sequência devido à próxima extinção do GT.

Mais especificamente, considerou-se não ser possível tratar as duas referidas alíneas pelas seguintes razões: pela atenção exigida pelas outras três; pela estagnação do trabalho do Eurostat/cultura⁷ então verificada; pela dificuldade em delimitar o que se entende, em termos da intervenção do GTEC, por “acompanhar os desenvolvimentos [...] ao nível internacional” (alínea a) e, sobretudo, por “promover e assegurar a articulação com os representantes de Portugal junto de organismos internacionais” (alínea e).

Contudo, há que referir que, ao longo do tempo decorrido, a Dra. Teresa Sousa (INE) informou o Presidente do GTEC, os membros permanentes e os não permanentes nas reuniões realizadas sobre o andamento dos trabalhos no âmbito do Eurostat/cultura. Foi mantida uma troca de informação com o Presidente e estabelecida alguma colaboração sobre os projectos internacionais com implicações no âmbito cultural. Mas importa ter presente que há outros organismos com intervenção nas estatísticas da cultura a nível internacional, designadamente a UNESCO/Portugal, relativamente aos quais não se vislumbrou qual a intervenção do GTEC.

Este é, seguramente, um assunto que deverá merecer grande atenção por parte das entidades portuguesas que são regularmente chamadas a participar oficialmente nos fóruns internacionais.

⁷ A este propósito importa, contudo, destacar dois factos ocorridos em finais de 2007. Por um lado a realização, no âmbito da Presidência Portuguesa da UE, com organização do GPEARI-MC e do OAC, do seminário internacional *O sector cultural e criativo e a agenda de Lisboa*, o qual incluiu um painel sobre estatísticas culturais (Lisboa, 5/11/2007). A documentação do seminário foi enviada pelo Secretariado do CSE aos membros do GT e está disponível no portal <http://www.oac.pt/menuobservatorio.htm>. Por outro lado, a publicação pela primeira vez de um volume sobre estatísticas da cultura na Europa, Beck-Domzalska, Marta, (coord.) (2007), *Cultural Statistics 2007 Edition*, Luxemburgo, Comissão Europeia e Eurostat, disponível no portal http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-77-07-296/EN/KS-77-07-296-EN.PDF.

Entretanto, registaram-se novos desenvolvimentos com o lançamento do projecto ESSnet/Culture (*European Statistical System Network*) cujo mandato vai de 2009 a 2011.

Em síntese, relativamente ao conjunto das alíneas do Mandato do GTEC, o balanço é o seguinte:

Tabela 2: Balanço do Mandato

Alíneas	Balanço	Observações
a) Acompanhar os desenvolvimentos metodológicos, conceptuais e de abrangência desta área estatística ao nível internacional	Não foi objecto de análise. Fez-se apenas o acompanhamento possível, ou seja, por via da participação do INE no Eurostat	Haveria que criar condições para a sua concretização, clarificando e especificando os objectivos em causa
b) Analisar sectorialmente as várias dimensões da cultura de forma a avaliar o grau de ajustamento da actual produção estatística às necessidades dos utilizadores	Feito para os vários sectores considerados	
c) Apresentar/reavaliar propostas que possam conduzir à reformulação das operações estatísticas existentes e/ou ao recurso a actos administrativos apropriáveis para fins estatísticos	Feito para as operações estatísticas dos vários sectores considerados	Seria talvez de considerar outros sectores e operações estatísticas mas o entendimento do GTEC foi sempre de que o que estava em causa no mandato eram os sectores nele considerados (ver nota relativa à Radiodifusão)
d) Analisar as propostas a apresentar pelo INE visando a actualização do documento relativo a “Conceitos estatísticos” da área temática da “Cultura”, oportunamente aprovados pelo CSE	Feito para todos os conceitos constantes da área Cultura. (348. ^a Deliberação do CSE, de 28 de Fevereiro de 2008)	O GTEC actualizou também os conceitos das operações estatísticas cuja apreciação foi posteriormente finalizada. Museus e Património cultural imaterial. Não foram ainda consideradas para aprovação no CSE. Chamou-se ainda a atenção para a necessidade de precisar os conceitos do sector Espectáculos ao vivo.
e) Promover e assegurar a articulação com os representantes de Portugal junto de organismos internacionais	Não foi objecto de análise	Haveria que criar condições para a sua concretização, clarificando e especificando os objectivos em causa

Nota 1: As alíneas do Mandato constam da 16.^a Decisão da SPEDSFA, de 16 de Maio de 2006, Anexo D.

Nota 2: No que toca à Radiodifusão o RA 2007 fez-se a seguinte recomendação (p. 5): “Inclusão no Mandato do GTEC, como sector a analisar, privilegiando-se as fontes administrativas disponíveis da rádio e da televisão, tendo como membros a ERC, o OberCom e o GMCS e devendo a ANACOM ser convidada para a reunião sectorial (uma vez que não é membro do GTEC)”. Esta recomendação não chegou a ser concretizada.

O entendimento sobre as “várias dimensões da cultura” a analisar limitou-as aos sectores considerados. Contudo, outras áreas foram referidas ao longo dos trabalhos e que aqui se registam:

- Sistematização de informação com interesse para o domínio cultural proveniente das diversas operações estatísticas do INE;
- Inquérito às práticas culturais dos portugueses (foi especificamente referido o cinema);
- Criação de uma Conta Satélite para a cultura.

2.3. Reuniões realizadas por sector

Tendo em conta o período de vigência do GTEC (2006-2010) confirma-se que todos os sectores foram objecto de pelo menos uma reunião. Quando se realizaram duas ou mais tal deveu-se à necessidade de afinar os resultados alcançados no âmbito do GT (Património cultural, Museus), de acompanhar as recomendações feitas (Cinema), de tomar conhecimento de conclusões de estudo exterior (Livro) e de tratar especificamente um projecto do INE (Recintos culturais) incluído num dos sectores (Espectáculos ao vivo).

Tabela 3: Reuniões realizadas por sector (2006-2010)

Sector	Reuniões realizadas					
	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Património cultural (imóvel)		1	2			3
Museus	1	1	1			3
Galerias de arte		1				1
Publicações periódicas	1					1
Bibliotecas	1					1
Livro	1				1	2
Espectáculos ao vivo	1					2
Recintos culturais				1		1
Cinema	1		1			2
<i>Total</i>	<i>6</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>15</i>

Nota: Não inclui Reuniões Plenárias de 2006 (2), 2007 (1), 2008 (1), 2010 (1) e uma reunião específica dos conceitos realizada em 2007.

Como se pode observar o essencial da actividade decorreu entre 2006 e 2008, registando 2009 uma quebra acentuada devida quer ao esgotamento do Mandato quer à ausência de resposta por parte da Secção.

2.4. Resultados globais e recomendações por sector

De modo a responder ao solicitado pela SPES e para memória futura faz-se o balanço dos vários sectores e retomam-se, de forma abreviada, as respectivas recomendações.

Tabela 4: Balanço por sector

Sector	Balanço		
	Concretizado	Outros aspectos	Recomendações
Património cultural (imóvel)	Reformulação do capítulo sobre património cultural/Bens imóveis classificados e dos conceitos	Conceitos a aprovar pelo CSE	Criação de um inquérito ao património imóvel que inclua, entre as dimensões a inquirir, os visitantes
Museus	Restruturação do questionário do Inquérito aos Museus e revisão dos conceitos estatísticos do sector		
Galerias de arte	Apreciação do questionário e do universo		Reformulação do universo e do questionário
Publicações periódicas	Apreciação do projecto do INE		Manutenção do instrumento de recolha de informação, recentemente reformulado; Maior articulação entre as entidades envolvidas (INE, BNP, ERC) quanto à actualização do universo a inquirir e resposta às solicitações internacionais de informação
Bibliotecas	Avaliação da existência de fontes estatísticas alternativas que substituíssem o (suspensão) projecto do INE		Retomar o Inquérito às Bibliotecas reformulando o anterior projecto
Livro	Apreciação das potencialidades do ISBN como fonte administrativa; Apreciação das conclusões do estudo do OAC <i>Inquérito ao Sector do Livro</i> (ISL)	Elementos pertinentes para a configuração de um sistema de informação sobre o sector do livro	Divulgação do ISL, promover um debate público a esse propósito, criar condições para a continuação do diálogo entre as entidades do sector de modo a dar passos no sentido da criação de um sistema de informação sobre este sector cultural (o mais relevante do ponto de vista económico)
Espectáculos ao vivo	Feita a avaliação do projecto do INE e aprovadas as recomendações, aqui retomadas uma vez que não tiveram sequência	Importa ter em conta que a legislação sobre informatização de bilheteiras (Decreto-Lei nº 125/2003, de 20 de Junho) aplica-se aos “recintos de espectáculos de natureza artística”, embora ainda apenas esteja em vigor no tocante ao mercado de exibição cinematográfica.	1. Controlo mais eficaz por parte da IGAC relativamente às entidades que constituem o ficheiro dos Promotores de Espectáculos (que constitui o universo inquirido pelo INE); 2. Alteração do âmbito do inquérito Espectáculos ao Vivo passando a incluir apenas as modalidades das artes do espectáculo (música, dança, teatro e outras modalidades); 3. Reformulação do questionário de modo a incluir variáveis como as produções e bilhetes vendidos a preço normal e com desconto.
Recintos culturais	Reformulação do questionário		Definir os conceitos a utilizar no novo questionário
Cinema	Acompanhamento da passagem da responsabilidade pela produção estatística (Continente) do INE para o ICA/MC		Delegação de competências no ICA; Entendimento entre os governos da República e das Regiões Autónomas de modo a estender a estas o conteúdo do Decreto-Lei nº 125/2003, de 20 de Junho (informatização de bilheteira); Incluir no referido Decreto-Lei o INE como (outro) destinatário dos dados; Estudar o subuniverso dos pequenos exibidores; Troca de informação atempada e regular entre ICA e IGAC

Em suma, no termo do Mandato os vários sectores podem ser classificados do seguinte modo:

Tabela 5: Sectores por situação

Situação	Sectores	Observações
Satisfatórios	Património cultural/Bens imóveis classificados Museus Publicações periódicas Cinema	
Não satisfatórios - reformular	Galerias de arte Espectáculos ao vivo	Incluindo os respectivos universos e instrumentos de notação.
Não satisfatórios – necessidade de novos projectos	Património cultural/Equipamentos Livro	Por parte da tutela respectiva (O IGESPAR e a DGLB) em colaboração com o INE e outras entidades, em particular associação profissional e BNP (Livro), e académicas/de investigação
Não satisfatórios – concluir a reformulação	Espectáculos ao vivo/Recintos culturais	
Não satisfatórios – retomar projecto suspenso	Bibliotecas ⁸	

Importa deixar uma nota a propósito do sector do Livro. Ao passo que nos restantes se considera que devem ser projectos do INE, ou seja, que a recolha de informação deve ser realizada pelo Instituto, no caso do Livro o contributo para um sistema de informação passa essencialmente por disponibilizar os dados, com o máximo grau de desagregação possível, que recolhe nas suas várias operações estatísticas.

Haverá ainda que destacar a importância decisiva que a tutela da Cultura tem na concretização e desenvolvimento dos vários projectos.

E há que referir ainda dois produtos que, embora não decorram directamente das recomendações do GTEC, reflectem os debates realizados e constituem seguramente contributos relevantes para as estatísticas culturais em Portugal: a publicação *Estatísticas da*

⁸ A situação do projecto dos Arquivos é similar ao das Bibliotecas – o projecto foi suspenso e não existe fonte administrativa alternativa.

Cultura 2008, do INE⁹, versão reformulada e alargada da anterior publicação *Estatística da Cultura, Desporto e Recreio*; e a primeira edição, exclusivamente em formato digital, do volume *Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura (2008)*¹⁰, uma iniciativa conjunta do GPEARI e do OAC e por este último preparado.

É certo que persistem zonas de sobreposição, mas o facto de tanto o INE como o MC tomarem iniciativas no sentido de promoverem a produção e difusão de estatísticas culturais é, em si mesmo, um facto que importa destacar nesta altura.

⁹ Disponível em suporte papel e também em documento informático no portal www.ine.pt.

¹⁰ Disponível em documento electrónico nos portais www.oac.pt e www.gpeari.pt.

Balanço final

1. Foram analisados todos os sectores que constam do Mandato do GT e feitas as recomendações consideradas adequadas. Após a fase de análise e diagnóstico vários projectos foram reformulados contando com a colaboração dos representantes efectivos, suplentes e, em certos sectores, eventuais das entidades que integram o GTEC. Não se considerou adequado chamar especialistas, como previsto no Regulamento do CSE. Outros projectos carecem ainda de reformulação total (universos, instrumentos de recolha de informação e conceitos), outros, parcial. Alguns sectores necessitam da intervenção da tutela no sentido de se tomar medidas para colmatar as lacunas existentes. Um outro deveria ser retomado.

2. As análises feitas, e as conclusões e recomendações delas decorrentes, e se submeteram e submetem à apreciação da Secção, ancoram-se na mais ampla participação e foram validadas em diferentes patamares. Foram discutidas pelos MP na fase preparatória das reuniões, nas reuniões sectoriais e nas reuniões plenárias com os MNP. Reuniões em que o INE teve sempre pelo menos um representante e em que o MC, através do organismo com competências em matéria de estatísticas culturais (a SG e, mais recentemente, o GPEARI), esteve igualmente sempre representado, com excepção de uma única reunião, justamente a que se realizou na fase de transição da SG para o GPEARI.

3. De acordo com o Mandato, procurou-se sempre detectar ou melhorar fontes administrativas apropriáveis para fins estatísticos. Mas é verdade que a principal preocupação residiu na existência de informação válida e fiável sobre o sector em causa, proviesse ela de fonte administrativa ou não.

O princípio da apropriação de fontes administrativas para fins estatísticos, muito positivo em si mesmo, apresenta, no domínio da Cultura, limitações claras: ou porque demasiado dispersas (o que, na prática, significa que são inexistentes, como no caso das bibliotecas), ou porque pouco eficientes *no que toca ao seu aproveitamento para fins estatísticos* (como no caso da IGAC). Neste quadro, o ICA e, num outro plano, o IGESPAR, foram as únicas fontes novas que, pese embora alguns aspectos pontuais que importa acompanhar e, talvez, melhorar, se revelaram adequadas para cumprir essa função.

4. Importa referir novamente aquilo que há muito é sabido¹¹: o desenvolvimento das estatísticas nacionais da cultura dependem em grande medida da atenção que lhes for dispensada pelo INE e pelo MC, das medidas que entendam desenvolver, directa ou indirectamente, mas necessariamente de modo continuado para suprir as carências detectadas.

Contudo, nem sempre o envolvimento dos técnicos é suficiente pelo que se torna necessária a participação de instâncias académicas e de investigação. Deste ponto de vista, e sem prejuízo da necessidade de realização de outros estudos, o exemplo do Protocolo que envolve, desde 2000, o INE, a tutela do sector (no caso o IMC) e uma instância de investigação (no caso o OAC) no sector dos Museus foi recorrentemente referido como modelo de sucesso e que merece, portanto, ser equacionado noutros sectores.

5. Haverá ainda que referir a importância de as conclusões a que se chega, uma vez aprovadas, serem encaminhadas de modo oficial (pelo CSE) para os dirigentes dos organismos envolvidos e, no caso concreto do GTEC, não apenas para a direcção do INE (o que é automático uma vez que esta é parte do CSE) mas também para o gabinete do titular da Cultura

6. Importa chamar a atenção para o facto de que, com a extinção do GTEC, não só a Secção que trata do domínio cultural deixa de ter qualquer representante formal deste domínio como desaparece um fórum, único em que o Ministério da Cultura ainda participava, que se revelou decisivo para a procura de entendimentos quanto à produção de estatísticas culturais. De momento, o único sector que continua a beneficiar de um instrumento de concertação é o dos Museus por via do Protocolo INE/IMC/OAC atrás aludido.

7. Em suma, globalmente, o trabalho realizado é muito positivo, tanto pelos resultados alcançados na reformulação de projectos, como pelas recomendações que, no futuro, em algum momento poderão ser retomadas pelas entidades envolvidas.

8. A terminar, o Presidente do GT agradece a participação e a colaboração prestada pelos Membros Não Permanentes e pelos Membros Permanentes nas pessoas da Dra. Manuela

¹¹ Ver conclusões do relatório Neves, José Soares (2000), “Modernização e desenvolvimento das estatísticas nacionais da Cultura”, Lisboa, OAC e CSE (DOCT/546/CSE/DSFA), p. 57.

Viana e do Dr. Cristino Joana (GPEARI/MC), do Eng. Mário Baptista e, em particular, da Dra. Teresa Sousa (INE). Agradece ainda o apoio, a compreensão e a colaboração do secretariado do CSE, em especial da Dra. Graça Bento, bem assim como a compreensão e o apoio que os Presidentes do OAC (Profs. Doutores Maria de Lourdes Lima dos Santos, José Machado Pais e José Luís Garcia) sempre manifestaram para o desempenho do cargo.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010

José Soares Neves
(Presidente do GTEC)

Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC)

Relatório de Actividades 2010

Anexo nº 1 – Presenças da 14ª reunião à 21ª reunião (29 de Abril de 2008 a 26 de Fevereiro de 2010)

Reunião	Data	Entidades	
		Designação	Nº. Participantes
Plenário (14ª)	29.04.08	Observatório das Actividades Culturais - OAC	1
		Instituto Nacional de Estatística - INE	2
		Gabinete para os Meios de Comunicação Social - GMCS	1
		Biblioteca Nacional - BN	1
		Inspecção-Geral das Actividades Culturais - IGAC	1
		Associação Portuguesa das Empresas Cinematográficas - APEC	1
		Instituto dos Museus e da Conservação - IMC	1
Cinema (15ª)	23.06.08	Observatório das Actividades Culturais - OAC	1
		Instituto Nacional de Estatística - INE	2
		Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - GPEARI	1
		Inspecção-Geral das Actividades Culturais - IGAC	1
		Associação Portuguesa das Empresas Cinematográficas - APEC	1
		Instituto do Cinema e do Audiovisual - ICA	1
Património cultural (16ª)	15.07.08	Observatório das Actividades Culturais - OAC	1
		Instituto Nacional de Estatística - INE	2
		Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - GPEARI	1
		Instituto dos Museus e Conservação - IMC	1
		Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico - IGESPAR	1
Museus (17ª)	22.7.08	Observatório das Actividades Culturais - OAC	1
		Instituto Nacional de Estatística - INE	3
		Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - GPEARI	1
		Instituto dos Museus e Conservação - IMC	1
		Associação Portuguesa de Museologia - APOM	1
Património cultural (18ª)	04.11.08	Observatório das Actividades Culturais - OAC	1
		Instituto Nacional de Estatística - INE	2
		Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - GPEARI	1
		Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico - IGESPAR	1
Espectáculos ao vivo/Recintos culturais (19ª)	27.11.09	Observatório das Actividades Culturais - OAC	1
		Instituto Nacional de Estatística - INE	1
		Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - GPEARI	1
		Inspecção-Geral das Actividades Culturais - IGAC	2
		Direcção-Geral das Artes - DGARTES	1
Livro (20ª)	04.02.10	Observatório das Actividades Culturais - OAC	1
		Instituto Nacional de Estatística - INE	2
		Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - GPEARI	1
		Associação Portuguesa de Editores e Livreiros - APEL	1
		Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas - DGLB	1
		Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP	1

Reunião	Data	Entidades	
		Designação	Nº. Participantes
Plenário (21ª)	26.02.10	Observatório das Actividades Culturais - OAC	2
		Instituto Nacional de Estatística - INE	2
		Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - GPEARI	1
		Instituto dos Museus e Conservação - IMC	1
		Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico - IGESPAR	1
		Inspeção-Geral das Actividades Culturais - IGAC	1
		Direcção-Geral das Artes - DGARTES	1
		Instituto do Cinema e do Audiovisual - ICA	1
		Gabinete para os Meios de Comunicação Social - GMCS	1
		Associação Portuguesa de Editores e Livreiros - APEL	1

Nota: Na reorganização operada na administração pública em 2007, o IGESPAR, I.P. sucedeu ao IPPAR; O IMC, I.P. ao IPM; A DGARTES ao IA; A DGLB ao IPLB. Ainda no que interessa ao GTEC, a ERC incorporou algumas das competências do ICS, outras passaram para o GMCS. O mesmo se verificou com o GPEARI do MC relativamente à SG/MC. A UEP integrou a APEL.